

ANEXO 1: Justificativas

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas nos Termos de Referência e que passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

A elaboração deste TR visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços - Maior desconto por lote/grupo), visando à contratação de empresa para execução dos serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em municípios localizados na área de atuação da CODEVASF, nos estados de Goiás, Tocantins e Pará.

Tal demanda originou-se a partir de recursos oriundos de parlamentares, previstos na LOA/2021, destinados ao atendimento de políticas públicas voltadas para a solução das carências desses três estados, que sofrem com a falta de acesso à água de qualidade e em quantidade satisfatória, devido à má gestão de seus recursos hídricos.

Além disso, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água, principalmente das comunidades rurais difusas. A falta de acesso à água de qualidade e em quantidade satisfatória provoca o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impedindo a fixação do homem no campo e provocando a migração da população para as cidades.

Na CODEVASF, todos os anos, vários parlamentares têm alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar ações de estruturação de atividades produtivas, pequenas associações e municípios, e outras ações voltadas ao desenvolvimento regional sustentável (pavimentação, perfuração e instalação de poços, construção de aguadas, etc.).

Neste sentido, e levando-se em conta as razões de interesse público aqui expostas, consideramos de extrema necessidade a realização de licitações para execução de serviços de perfuração e instalação de poços tubulares para prospecção de água subterrânea em áreas de rochas cristalinas / metassedimentares e sedimentares, contendo reservatório para distribuição de água e bebedouro para animais, visando atender as necessidades e demandas da população de comunidades rurais localizadas nos estados de Goiás, Tocantins e Pará, na área de atuação da CODEVASF.

Modalidade Licitatória:

Pregão Eletrônico. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).

No caso do Pregão Eletrônico, este é regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

Procedimento Licitatório:

Sistema de Registro de Preços (SRP). O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e normas complementares.

Justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, assim como de parceria com outras entidades públicas e/ou emendas parlamentares, visto que o SRP possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Não será divulgada. Ver justificativa no final desse documento.

Mesmo sem a divulgação da IRP, outros órgãos públicos poderão solicitar adesão à ATA de Registro de Preços, não configurando assim, prejuízos para os demais órgãos.

Vantajosidade do agrupamento dos itens constantes do objeto da licitação em um Grupo por Estado:

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Projeto Básico, o agrupamento dos itens se deve a fatos inerentes à própria execução da obra, sendo que se os mesmos fossem licitados separadamente, poderiam causar prejuízos à Administração Pública e obstáculos na execução do objeto. Apesar da existência de 02 (dois) itens por Grupo, há apenas um tipo de serviço (Perfuração e instalação de poço tubular em rocha), distinguindo somente o tipo de rocha a ser perfurada (cristalina/metassedimentar e sedimentar). Os itens agrupados guardam compatibilidade entre si e consonância com a prática de mercado, uma vez que, muitas vezes na perfuração de um mesmo poço, são encontradas camadas horizontais dos três tipos de rocha citadas acima, onde a nomenclatura geológica adotada para aquela rocha se dá pelo tipo com maior porcentual perfurado. Face ao exposto, se fossemos separar a licitação em lotes/grupos devido à geologia da rocha, poderíamos ter problemas relacionados à execução do objeto, visto que seria inviável, tanto economicamente quanto pelo tempo que se gastaria, para que mais de uma empresa executasse um único poço.

Critério de Julgamento:

Maior desconto. De acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016, parágrafo 4, inciso II.

Modo de Disputa:

Aberto, com orçamento público. Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista o critério de julgamento de maior desconto.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão (un) efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA. Existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo da profundidade de perfuração dos poços que pode variar consideravelmente de um poço para outro, mesmo que pertençam ao mesmo perfil geológico.

Permissão de Participação de Consórcios:

Não será permitida. Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

Permissão de Participação de Cooperativas:

Não será permitida. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

Permissão de Subcontratação:

Será permitida. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços objeto deste TR, com a prévia aprovação e autorização da fiscalização da Codevasf, com exceção do serviço de perfuração e instalação de poços.

Visita:

Não será obrigatória. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, tendo em vista, que a localização exata dos poços será definida posteriormente à licitação.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

“Art. 7º -

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

Desapropriação:

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Aprovação do Projeto Básico e Planilha de Custos do Orçamento de Referência:

Aprovado pela autoridade competente no processo nº 59500.002936/2021-10 com base em pareceres técnicos.

Qualificação Técnica:

Definida no Item 9 do TR. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Do serviço comum:

Esclareço que o objeto desta licitação, “Contratação de empresa para execução dos serviços de perfuração e instalação de poços tubulares a serem executados em municípios localizados nos estados de Goiás, Tocantins e Pará, inseridos na área de atuação da Codevasf”, é qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

Licença Ambiental:

Foi previsto em planilha orçamentária a regularização ambiental para realização dos serviços de perfuração de poços, conforme a legislação vigente nos órgãos competente, em cada estado.

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DE IRP

1. CONSIDERANDO que os itens constantes do processo para contratação de empresa para execução dos serviços de perfuração e instalação de poços tubulares a serem executados em municípios localizados nos estados de Goiás, Tocantins e Pará, visam atender demanda a partir de recursos oriundos de parlamentares, previstos na LOA/2021, destinados ao atendimento de políticas públicas voltadas para a solução das carências dos estados supracitados, que sofrem com a falta de acesso à água de qualidade e em quantidade satisfatória, devido à má gestão de seus recursos hídricos;
2. CONSIDERANDO que a contratação tem por finalidade garantir a excelência na execução das atividades relacionadas às ações de estruturação de atividades produtivas, pequenas associações e comunidades rurais, e outras ações voltadas ao desenvolvimento regional sustentável em diversos municípios nas áreas de jurisdição da Codevasf;
3. CONSIDERANDO ainda que a contratação em tela visa cumprir o cronograma estabelecido no Plano Anual de Negócios – PAN 2021, cuja demanda e a definição de metas e prioridades provém da Decisão nº 366, de 15 de março de 2019, que instituiu o Modelo de Gestão do Planejamento e Monitoramento da Codevasf;
4. CONSIDERANDO a observância aos prazos determinados no respectivo calendário do ano orçamentário o qual estabelece que esta contratação deve estar empenhada com garantia de execução até o final de dezembro de 2021, assegurando uma maior interação entre o planejado e o executado;
5. CONSIDERANDO que o não atendimento do prazo estipulado no calendário acima citado frustrará com a expectativa dos municípios beneficiários, que articularam junto aos parlamentares, muitas vezes com grande necessidade de apoio às suas ações e que se vislumbra grande risco ao interesse público sua não execução;
6. CONSIDERANDO, por fim, que a divulgação da Intenção de Registro de Preços acarretaria no acréscimo de em média 15 (quinze) dias úteis para realização do pregão e que a área competente está com alta demanda de atividades ao final do exercício deste corrente ano que culminou em atrasos nas pesquisas de preços e na formulação dos documentos de planejamento e termo de referência, adiando a conclusão do processo.

A Gerência de Empreendimentos Socioambientais (AR/GSA) apresenta a presente justificativa para dispensar a divulgação da IRP, nos termos do art. 4º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

Brasília-DF, 07/12/2021.

Denilson Pereira de Souza
Chefe da AR/GSA/URH